A Cloids La

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 15 de abril de 2025 • Nº 2032 • R\$ 1,00 www.diariodoacionista.com.br

EGV

Economia brasileira fica estagnada em fevereiro

A economia brasileira ficou estagnada na passagem de janeiro para fevereiro e apresenta indicadores de desaceleração nos últimos meses. A constatação faz parte do Monitor do PIB, estudo mensal elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV (Fundação Getulio Vargas), divulgado ontem. O levantamento faz estimativas sobre o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país, e serve como prévia do dado oficial, divulgado trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O desempenho de fevereiro (0%) é dessazonalizado, ou seja, foram excluídas variações causadas pela época do ano em que os dados foram reunidos, de forma que seja possível comparar períodos diferentes. PÁGINA2

Especial

Seguros de Vida e Saúde

PÁGINA 3

CÂMARA

Deputados da base de Lula: 146 assinam PL da anistia

O Partido Liberal (PL) protocolou na Câmara dos Deputados um requerimento de urgência para o projeto de anistia do 8 de Janeiro com a assinatura de 146 deputados federais de partidos que compõem a base do governo Lula. O número representa mais da metade (56%) das 262 assinaturas coletadas pela liderança do PL, ocupada pelo deputado Sóstenes Cavalcante (RJ). O União Brasil é responsável por 40 delas, seguido por Progressistas (35), Republicanos (28), PSD (23) e MDB (20). Todos esses partidos têm quadros chefiando ministérios no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A relação de apoio ambíguo tanto ao Executivo quanto ao projeto da oposição foi a razão de Sóstenes ter mudado de ideia e protocolado o requerimento de urgência ontem. "Amigos, acabo de dar entrada ao requerimento de urgência do PL da Anistia, com 264 assinaturas, devido às notícias recebidas que o governo está pressionando os deputados a retirar assinaturas". PÁGINA 5

SÃO PAULO

PGJ quer ação para confiscar patrimônio de facções

PÁGINA 4

JUSTIÇA

STF barra todas as ações sobre 'pejotização' de trabalhadores

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem suspender a tramitação de todos os processos na Justiça brasileira que discutam a legalidade da chamada "pejotização", em que empresas contratam prestadores de serviços como pessoa jurídica, evitando criar uma relação de vínculo empregatício formal. A decisão foi

tomada após o Supremo ter reconhecido, em votação terminada no último sábado (Tema 1389) a repercussão geral do assunto. Isso quer dizer que os ministros selecionaram um processo do tipo para que seu desfecho sirva de parâmetro para todos os casos semelhantes, unificando o entendimento da Justiça brasileira como um todo. PÁGINA 2

UNIVERSIDADE

Lula inaugura Campus da UFF em Campos



O presidente Lula participou ontem da inauguração do novo campus da Universidade Federal Fluminense (UFF) na cidade Campos dos Goytacazes, no norte do estado do Rio de Janeiro, a cerca de 280 quilômetros (km) da capital. Segundo o Ministério da Educação (MEC), as obras começaram ainda em 2009, pelo Programa de Apoio aos Planos de Rees-

truturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ainda no segundo mandato de Lula. Contudo, a construção foi paralisada em 2012, por falta de recursos. Desde então, passaram-se quase 13 anos. "Não existe nenhum exemplo de sociedade que conseguiu avançar e melhorar de vida que não investiu em educação", destacou Lula. PÁGINA 6

PEC DA SEGURANÇA



Lewandowski critica governadores que julgam estados soberanos

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski (**foto**), disse no último domingo passado, que "muitos governadores ainda pensam que os Estados membros da federação são soberanos". A fala ocorreu em um evento com advogados de esquerda e magistrados em São Paulo, promovido pelo grupo Prerrogativas, em que o ministro falou sobre a importância da PEC da Segurança Pública. Segundo Lewandowski, que não mencionou nenhum governador, os chefes do Executivo de alguns Estados estariam interpretando a situação sob um olhar da primeira Constituição republicana do País, de 1891. **PÁGINA 5**

INDICADORES																			
IBOVESE	IBOVESPA 1,39% / 129.453,91 / 1.771,51 / Volume: 21.655.743.207 / Negócios: 3.737.493 Bolsas no mundo														R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,34% (mar.)	EURO turismo	
Mais Negociado	Maiores Altas			Maiores Baixas				Fechamento %		%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	0,64% (mar.)	Compra: 6,7514	Venda: 6,9314			
	Preço %	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preç	o %	Oscil	Dow Jones	40.524,79 +0,7	78	Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - Bo	
CARREFOUR BRON NM	8,28 -0,1	2 -0,01	OI ON N1	0,69	+43,75	+0,21	PANATLANTICAPN	32,00	-8,57	-3,00	S&P 500	5.405,97 +0,7			14,25%	(19/03)	13,25%	Compra: 5,8425	-0,53%
PETROBRAS PN N2	31,73 –0,3	8 –0,12	OI PN N1	7,88	+19,58	+1,29	MERC INVEST PN	15,76	-6,91	-1,17	7 NASDAQ Comp					OURO		DÓLAR comerci	al
COGNA ON ON NM	2,29 +1,7	8 +0,04	PARANAPANEMAON NM	2,29	+12,81	+0,26	EZTEC ON NM	14,50	-6,45	-1,00	Nasdaq 100	18.796,02 +0,5	57	(15/04)	0,1700%	BM&F/grama/RJ	R\$ 612,46	Compra: 5,8506	Venda: 5,8512
OI ON N1	0,69 +43,7	5 +0,21	AZUL PN N2	3,37	+12,33	+0,37	GER PARANAP ON	29,02	-6,39	-1,98	Euronext 100	1.437,33 +2,6	68	Poupança		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
HAPVIDA ON NM	2,25 +0,4	5 +0,01	WDC NETWORKSON NM	3,010	+8,66	+0,240	WLM IND COM PN	29,11	-4,56	-1,39	9 CAC 40	7.273,12 +2,	37	(15/04)	0,6705%	Compra: 6,6406	Venda: 6,6412	Compra: 5,9024	Venda: 6,0824

MERCADOS

Bolsa tem impulso com alívio tarifário e sobe mais que NY

CAROLINE ARAGAKI/AE

A isenção temporária das tarifas recíprocas dos Estados Unidos a bens tecnológicos, que foi lida pelo mercado financeiro como mais um recuo do presidente Donald Trump, desencadeou um apetite a risco generalizado. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu do início ao fim da sessão, recuperou o nível dos 129 mil pontos e a alta foi difundida por todos os setores: de 87 ações da carteira teórica, apenas 11 fecharam em baixa e Automob encerrou estável.

Dispositivos e componentes eletrônicos - como smartphones, computadores, células solares, telas de TVs, pen drives, cartões de memória e SSDs - foram temporariamente isentos das tarifas recíprocas anunciadas em 2 de abril, sendo que grande parte destes são produzidos pela China. "Isso já representa de 25% a 30% do comércio bilateral entre China e os Estados Unidos", destaca o especialista em renda variável da Melver, Ian Toro, enfatizando que a alta da Bolsa brasileira ocorreu, portanto, na esteira de ventos externos relacionados à política tarifária dos EUA.

O Ibovespa(Ìndice Bovespa) fechou em alta de 1,39%, aos 129.453,91 pontos, após máxima (+1,78%) aos 129.955,35 pontos alcançada no período da tarde, e o giro financeiro totalizou R\$ 21,5 bilhões.

No fim do pregão o desempenho do índice foi melhor do que o das bolsas de Nova York, principalmente pelo respaldo da Vale (+1,3%) e outras ações do setor de mineração e siderurgia, como CSN Mineração e CSN subindo mais de 3%. O minério de ferro subiu 0,28% em Dalian, a US\$ 96,8 por tonelada, e avançou 0,8% em Cingapura, a US\$ 97,90.

Após descer até o nível de R\$ 5,82 pela manhã, o dólar moderou as perdas ao longo da tarde e fechou ontem, na casa de R\$ 5,85. Com a agenda doméstica esvaziada, o real se beneficiou de nova rodada de enfraquecimento da moeda americana no exterior.

Com mínima a R\$ 5,8286 e máxima a R\$ 5,8748, o dólar à vista fechou a sessão em baixa de 0,33%, cotado a R\$ 5,8512. Em abril, a moeda ainda acumula valorização de 2,56%. No ano, perde 5,32%

STF suspende todas as ações do país sobre 'pejotização'

FELIPE PONTES/ABRASIL

ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem suspender a tramitação de todos os processos na Justiça brasileira que discutam a legalidade da chamada "pejotização", em que empresas contratam prestadores de serviços como pessoa jurídica, evitando criar uma relação de vínculo empregatício formal.

A decisão foi tomada após o Supremo ter reconhecido, em votação terminada no último sábado (Tema 1389) a repercussão geral do assunto. Isso quer dizer que os ministros selecionaram um processo do tipo para que seu desfecho sirva de parâmetro para todos os casos semelhantes. unificando o entendimento da Justiça brasileira como um todo.

O tema tem colocado o Supremo em rota de colisão com a Justiça Trabalhista ao menos desde 2018, quando a Corte julgou ser inconstitucional uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que barrava a pejotização.

Na ocasião, o Supremo decidiu, por maioria, liberar as empresas brasileiras, privadas ou públicas, para terceirizarem até mesmo suas atividades fim, e não só serviços de apoio como limpeza e vigilância. Desde en-

tão, esse entendimento tem embasado milhares de decisões dos ministros da Corte para derrubar vínculos empregatícios reconhecidos pela Justiça Trabalhista.

Para a corrente majoritária do Supremo, a decisão sobre terceirização garante a atualização das relações de trabalho para uma nova realidade laboral, conferindo maior "liberdade de organização produtiva dos cidadãos" e validando "diferentes formas de divisão do trabalho", conforme escrito por Gilmar Mendes, relator do tema na Corte.

Ao reconhecer a repercussão geral do assunto, Mendes frisou o grande volume de recursos que chegam ao Supremo todos os anos, do tipo chamado reclamação constitucional, em que empresas buscam reverter o reconhecimento de vínculos trabalhistas, alegando descumprimento da decisão da corte sobre a terceirização irrestrita.

O ministro deu como exemplo o primeiro semestre de 2024, período no qual foram julgadas pelas duas turmas do Supremo mais de 460 reclamações "que envolviam decisões da Justiça do Trabalho que, em maior ou menor grau, restringiam a liberdade de organização produtiva", descreveu Mendes. No mesmo período, foram 1.280 decisões monocráticas (individuais) sobre o assunto.

"Conforme evidenciado, o descumprimento sistemático da orientação do Supremo Tribunal Federal pela Justiça do Trabalho tem contribuído para um cenário de grande insegurança jurídica, resultando na multiplicação de demandas que chegam ao STF, transformando-o, na prática, em instância revisora de decisões trabalhistas", escreveu Mendes na decisão desta segunda.

O recurso que servirá de paradigma sobre o assunto trata do reconhecimento de vínculo empregatício entre um corretor de seguros franqueado e uma grande seguradora, mas Mendes destacou que uma eventual tese de repercussão geral deverá ter alcance amplo, considerando todas as modalidades de contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica para a prestação de serviços.

"É fundamental abordar a controvérsia de maneira ampla, considerando todas as modalidades de contratação civil/comercial. Isso inclui, por exemplo, contratos com representantes comerciais, corretores de imóveis, advogados associados, profissionais da saúde, artistas, profissionais da área de TI, motoboys, entregadores, entre outros", afirmou o ministro-relator.

Não há data definida para que o Supremo paute o processo para julgamento pelo plenário. Quando isso ocorrer, os ministros deverão decidir sobre três pontos já pré-definidos:

1) Se a Justiça do Trabalho é a única competente para julgar as causas em que se discute a fraude no contrato civil de prestação de serviços;

2) Se é legal que empresas contratem trabalhador autônomo ou pessoa jurídica para a prestação de serviços, à luz do entendimento firmado pelo STF no julgamento sobre a terceirização de atividade-fim.

3) Definir se cabe ao empregado ou ao empregador o ônus de provar se um contrato de prestação de serviços foi firmado com o objetivo de fraudar as relações trabalhistas ou não.

UBERIZAÇÃO

O tema da pejotização está relacionado também ao fenômeno chamado "uberização", que trata da prestação de serviços por autônomos via aplicativos para celular, como é o caso dos motoristas da plataforma Uber, por exemplo.

Em fevereiro do ano passado, o Supremo já havia reconhecido a repercussão geral num recurso sobre uberização, no qual deve definir se há ou não vínculo de emprego formal entre motoristas de aplicativos de transportes e as empresas responsáveis pelas plataformas (Tema 1291).

AJUDA AOS ESTADOS

Ceron: Propag não vai gerar expansão fiscal de R\$ 20 bilhões



GIORDANNA NEVES E

FERNANDA TRISOTTO/AE

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron (foto), disse ontem, que o novo programa de socorro aos estados, o chamado Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), não vai gerar uma expansão fiscal de R\$ 20 bilhões, impacto anual financeiro estimado pelo órgão, na pior das hipóteses.

Isso porque, segundo Ceron, o Tesouro vai contabilizar nos limites das operações de créditos dos Estados os efeitos que o Propag terá nas despesas primárias de cada ente federativo, como havia antecipado em entrevista exclusiva ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. A medida precisa ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)

"Então isso quer dizer que vai ter R\$ 20 bilhões a mais de expansão fiscal, de gasto primário, de investimentos nacionais? Não necessariamente, porque uma parte importante dos investimentos que os Estados estão realizando

hoje, nos dias de hoje, é com operações de crédito. E nós estamos tirando do limite global", disse ele.

Hoje, o Tesouro já tem uma metodologia para computar o resultado primário dos Estados, a partir do qual se calcula o espaço fiscal de operações de crédito. De acordo com Ceron, ao incluir os efeitos do Propag nesses limites, o Tesouro evita pressões excessivas sobre a demanda agregada, que poderiam dificultar o trabalho do Banco Central no controle da inflação.

Esse alinhamento metodológico, segundo o secretário. visa neutralizar a preocupação de que o Propag eleva a pressão sobre a demanda agregada. Isso porque o programa permite que Estados endividados tenham uma redução do indexador das dívidas com a União (de 0% a 2%). Como contrapartida, os entes subnacionais deverão direcionar recursos para áreas como saneamento e ensino profissionalizante, o que aumenta o nível de despesas primárias e, consequentemente, piora o resultado agregado.

Economia brasileira fica estagnada em fevereiro

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A economia brasileira ficou estagnada na passagem de janeiro para fevereiro e apresenta "apesar de um contexto desafiaindicadores de desaceleração dor, com maior incerteza externos últimos meses. A constatação faz parte do Monitor do PIB, estudo mensal elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV (Fundação Getulio Vargas), divulgado ontem.

O levantamento faz estimativas sobre o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país, e serve como prévia do dado oficial, divulgado trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O desempenho de fevereiro (0%) é dessazonalizado, ou seja, foram excluídas variações causadas pela época do ano em que os dados foram reunidos, de forma que seja possível comparar períodos diferentes.

Já em comparação com o mesmo mês de 2024, foi identificado crescimento de 2,7%. No acumulado de 12 meses, houve alta de 3,1% no PIB.

MOTIVOS

A economista Juliana Trece, coordenadora do estudo, aponta que a estagnação em fevereiro em comparação a janeiro é explicada pelo fato de os crescimentos na indústria e nos investimentos terem sido anulados por retrações no consumo, na agropecuária e nas exportações. Já o setor de serviços ficou estagnado no mês.

"Esses resultados mostram que, apesar de alguns destaques positivos, há perda de força na economia, com retrações em componentes importantes do

No entanto, ela assinala que na e tendência de aumento da taxa de juros interna, a economia brasileira não registrou retração".

No cenário externo, a principal preocupação é a guerra tarifária desencadeada pelo presidente americano, Donald Trump, que afeta principalmente a China, mas também prevê tarifas de importação contra os demais países.

No caso do Brasil, haverá uma taxa mínima de 10% na maior parte dos itens exportados. Aço e alumínio pagarão 25%. Para a China, a cobrança supera 100%, medida que foi espelhada pelo governo chinês.

COMBATE À INFLAÇÃO

No cenário interno, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Brasil Central (BC) prossegue, desde setembro, em trajetória de elevação da taxa básica de juros, a Selic, na tentativa de conter a inflação. Além da alta em março, o Copom sinalizou que elevará a taxa "em menor magnitude" na reunião de maio. O comitê se reúne a cada 45 dias para deliberar sobre a taxa.

Em 12 meses, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado na última sexta-feira (11) pelo IBGE, acumula 5,48%, acima do teto da meta do governo — de 4,5%, já contando 1,5 ponto percentual (p.p.) de tolerância. É também o maior patamar desde fevereiro de 2023, quando chegou a 5,60%.

Com juros mais altos, o crédito fica mais caro, consumidores tendem a gastar menos; e empresários, a conter investimentos. O resultado é o desaguecimento da economia, o que se propõe a ser um freio na inflação.

SETORES

No período terminado em fevereiro, o consumo das famílias cresceu 2,7% com relação ao mesmo período do ano anterior. No trimestre móvel encerrado em novembro, a alta tinha sido

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador que representa o apetite dos empresários por investimentos, teve alta de 8,2% no trimestre móvel encerrado em fevereiro, perdendo força em relação ao período anterior. Em setembro, outubro e novembro de 2024, a expansão tinha sido de 10%.

As exportações terminaram fevereiro com recuo de 2.8% no acumulado de 12 meses. Em novembro havia sido registrada alta de 2,7%. O desempenho negativo das exportações dos produtos agropecuários e da indústria extrativa mineral foi o principal fator responsável pela retração.

R\$ 2,203 TRILHÕES

O Monitor do PIB é um dos estudos que servem como termômetro da economia brasileira. Outro levantamento é o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado na última sexta-feira, que apontou expansão de 0,4% na passagem de janeiro para fevereiro e de 3,8% em 12 meses.

FECOMÉRCIO

Preço da cesta de produtos da Páscoa tem queda de 0,4%

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

Os preços dos produtos mais procurados na semana da Páscoa no país tiveram, na média, queda de 0,43% em comparação ao mesmo período do ano passado. Na Páscoa de 2024, em relação ao feriado de 2023, houve elevação de 20,2%. Os dados, divulgados ontem, foram levantados pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), com base em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dos 11 produtos analisados, seis tiveram alta, e cinco, queda. A diminuição foi verificada de preço da batata-inglesa (-40,5%), cebola (-37,6%), do tomate (-7,6%), arroz (-4,1%) e de pescados (-0,2%). Já as elevações ocorreram no azeite de oliva (12,6%), ovo de galinha (13,2%), azeitona (13,2%), chocolate e achocolatado em pó (15,1%), chocolate em barra e bombom (18,5%) e alho (26,3%).

"O aumento dos chocolates acontece, dentre outros fatores, por causa da quebra na safra dos grandes players do produto no mercado internacional, como é o caso de Gana, na África. Por isso, o item disparou em nível mundial", explica a FecomercioSP, em nota.

As estimativas da entidade para as vendas na data são positivas. A projeção indica que os supermercados devem faturar 5% a mais.

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002

Tel.: 9(21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000 Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

FELIPE SOARES - Diretor HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com



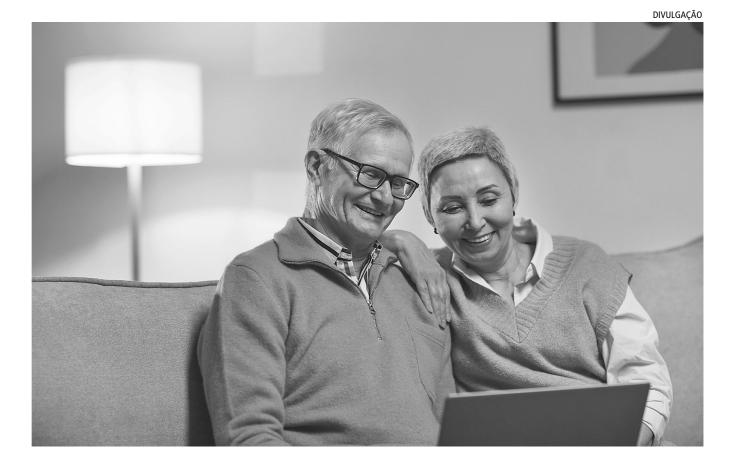


PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br **REDAÇÃO:** diariodoacionista@gmail.com SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

Seguros de Vida e Saúde:

Proteção Essencial para uma Aposentadoria Tranquila

Especialista alerta sobre os riscos de não incluir seguros no planejamento para aposentadoria e explica como essas modalidades podem complementar a previdência social.



POR BÁRBARA SOUZA

aposentadoria é um momento aguardado por muitos, mas, sem um planejamento adequado, pode se tornar um período de incertezas financeiras e preocupações com a saúde. Para entender como os seguros de vida e saúde podem garantir mais tranquilidade nessa fase, o Diário do Acionista conversou com Paulo Avelar, especialista do setor e responsável pela franquia de uma seguradora. Ele destacou os principais riscos de não incluir essas proteções no planejamento e explicou as vantagens de produtos como seguros resgatáveis e planos de saúde privativos.

Muitos brasileiros acreditam que a previdência social será suficiente para cobrir todas as despesas após a aposentadoria, mas Paulo Avelar faz um alerta:

"Mesmo sendo distintos, costumo dizer que o seguro saúde complementa o seguro de vida. Enquanto o seguro de vida tem como objetivo gaseja por morte ou doenças graves descritas na apólice, o seguro saúde preserva a qualidade de vida enquanto ela existir. Juntos, esses dois seguros garantem uma aposentadoria mais tranquila e saudável, sem impactar gravemente o orçamento de quem cumpriu sua jornada de trabalho e agora merece descansar."

Sem essas proteções, o aposentado pode enfren-

Gastos imprevistos com saúde, especialmente em idades mais avançadas, quando tratamentos e medicamentos se tornam mais frequentes.

- **Dificuldades financeiras para a família** em caso de morte ou invalidez, já que a renda da aposentadoria pode não ser suficiente para cobrir todas as necessidades.
- Dependência exclusiva do SUS ou planos de saúde limitados, que nem sempre oferecem a melhor cobertura ou agilidade em momentos críticos.

Com a reforma da previdência e a redução do valor dos benefícios, muitos brasileiros buscam alternativas para complementar a renda na aposentadoria. Paulo Avelar destaca os seguros de vida resgatáveis como uma opção inteligente:

"Se tem uma modalidade de seguro de vida que eu gosto de comentar, é o resgatável, principalmente na forma de previdência. É um investimento de longo prazo que visa garantir renda na aposentadoria, complementando a previdência social. Coberturas como doenças graves e invalirantir ao indivíduo ou família uma indenização, dez, quando contratadas, trazem ainda mais segurança, pois permitem um resgate antecipado em caso de necessidade."

> Além disso, ele explica a diferença entre seguro saúde e plano de saúde:

> "O seguro saúde é reembolsável: se o segurado precisar de um médico, hospital ou laboratório de sua preferência, ele será indenizado pelo custo. Já no plano de saúde, o associado deve ser atendido na rede credenciada da operadora, o que pode limitar a escolha de profissionais e serviços.'

> Para quem busca mais liberdade e flexibilidade, o seguro saúde pode ser uma alternativa

vantajosa, especialmente para quem já está aposentado e deseja manter acesso a hospitais e especialistas sem restrições.

Como os Seguros Estão se Adaptando ao Envelhecimento da População?

Com o aumento da expectativa de vida e a mudança no perfil dos aposentados - muitos continuam ativos e produtivos após os 60 anos -, as seguradoras estão revendo suas políticas. Paulo Avelar comenta:

"Até pouco tempo atrás, os seguros de vida limitavam a contratação para pessoas acima de 65 anos. Hoje, existem empresas que aceitam segurados até 80 anos. As operadoras de saúde também evoluíram, criando planos específicos para o público sênior, sem limite de idade. Quem diria? Viva os novos tempos!"

Essa adaptação é essencial em um país onde *a* população idosa cresce rapidamente, e a demanda por proteção financeira e assistência médica de qualidade se torna cada vez mais relevante.

Planejamento Hoje para Garantir Segurança

Aposentar-se com tranquilidade exige mais do que contar apenas com a previdência social. Incluir seguros de vida e saúde no planejamento pode fazer a diferença entre uma velhice com segurança e uma fase cheia de preocupações. Como destacou o especialista "a combinação dessas proteções garante não apenas recursos financeiros, mas também a preservação da qualidade de vida quando mais importa."

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.015/2025

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.015/2025 no dia 02/05/2025 às 11h00min. Objeto: Aquisição de Materiais para o Laboratório de Patologia Clínica do INC (Microbiologia - Diversos) (ÁCIDO ETILENODIAMINOTETRACÉTICO (EDTA), ASPECTO FÍSICO PÓ BRANCO CRISTALINO, PESO MOLECULAR 372,74, FÓRMULA QUÍMICA C10H14N2O8NA2.2H2O (SAL DISSÓDICO DIHIDRATADO) GRAU DE PUREZAMÍNIMA 99%, CONJUNTO PARAANÁLISE, UNIDADE GERADORA DE ANAEROBIOSE, ENVELOPES PLÁSTICOS, COM TIRA INDICADORA e etc. Processo nº. 33409.001719/2024-18. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/ compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados

MOVIC INVESTMENT COMPANY S.A CNPJ: 14.287.378/0001-22 - NIRE: 33.3.0029958-1 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2025, às 09:25 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, para (a) <u>em Assembleia Geral Ordinária</u>: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (iii) eleger os membros da Diretoria da Companhia, e b) <u>em Assembleia Geral Extraordinária</u>: (i) fixar o montante global da remuneração dos diretores da Companhia para o exercício social de 2025. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º da Lei nº 6.404/76, bem como depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia. Rio de Janeiro, 15 de abril de 2025. Norberto Aguiar Tomaz. Diretor Presidente

PERUGIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF n° 05.078.186/0001-15 / NIRE 33.3.002735 convocados os acionistas da PERUGIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. ("Companhia") a participar da Assembleia Gera Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2025 às 16:30hs, através da modalidade semipresencial, ou seja, virtualmente através de plataforma digital que permitirá aos acionistas realizar votações de forma remota, atendendo à Instrução Normativa DREI 81/2020, ou presencialmente no endereço localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Luiz Antônio Campos Mello nº 02, sala 704, Jacarepaguá, CEP 22.775-024, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1.Tomada das contas dos administradores e demonstrações financeiras; 2. Destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; 3. Eleição do Conselho de Administração Remuneração global dos administradores da Companhia; 5. Deliberar

Rafael Musiello Vieira – Presidente do Conselho de Administração

LIGAFUTEBOL S.A. CNPJ: 02.217.325/0001-56 - NIRE: 33.3.0016630-1 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA

GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2025, às 09:10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, para (a) <u>em Assembleia Geral Ordinária</u>: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social fíndo em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (iii) eleger os membros da Diretoria da Companhia, e b) <u>em Assembleia Geral</u> <u>Extraordinária</u>: (i) fixar o montante global da remúneração dos diretores da Companhia para o exercício social de 2025. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126 §1º da Lei nº 6.404/76, bem como depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia. Rio de Janeiro, 15 de abril de 2025. Maria <u> Amalia Delfim de Melo Coutrim. Diretora Presidente</u>

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 (11) 2655-1899

EMPRESA GRÁFICA O CRUZEIRO S.A.

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizarem-se no <u>dia 24 de abril de 2025</u>, às 10h30min, na sede social da empresa, à rua Fonseca Teles, 114, parte bairro São Cristóvão, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I -Ordinária: a) eleição da Diretoria para o biênio 2025/2027 e fixação dos seus honorários; **IÍ – Extraordinária: a)** reforma do Estatuto Social. Rio de Janeiro RJ, 15 de abril de 2025. Josemar Gimenez de Resende - Diretor-Presidente.

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO POLO COMERCIAL DE JACAREPAGUÁ

CNPJ 40.266.280/0001-07 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO A Sra. Síndica em exercício do Condomínio do Edifício Polo Comercial de Jacarepaquá, situado

na Estrada de Jacarepaguá, nº 7.709, Sala 212 - Freguesia, Rio de Janeiro, RJ, no uso de suas atribuições, convoca os senhores condôminos para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 24/04/2025, às 17h:30m, em primeira, e às 18h:00m, em segunda e última convocação, e com qualquer número de condôminos presentes, nas salas 211 e 212 do Condomínio, para validamente discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação do relatório e das contas da administração no período de 01/05/24 a 31/03/25; 2) Aprovação do orçamento anual com a fixação da cota condominial, do fundo de reserva e do fundo do 13º salário para o período de 01/05/25 a 30/04/26; 3) Eleição de Síndico, subsíndico, membros efetivos e suplentes do conselho fiscal; 4) Aprovação da substituição dos Telhados do Hall da entrada; 5) Aprovação da obra de acessibilidade para pedestres da Portaria; 6) Assuntos gerais. Os condôminos irregulares om suas contribuições poderão participar da Assembleia, mas não poderão manifestar seus votos e mandato somente terão validade com firma reconhecida. ELAINE RUBINSTEIN ROSA - Síndica.

ZAION PROTEÇÃO VEICULAR CNPJ n° 51.671.112/0001-05

Edital de Convocação Para Assembleia Geral Extraordinária O Sr. João Rodrigues Carneiro Neto, usando das atribuições que lhe con-

fere as leis vigentes no país, convoca os interessados, em pleno gozo de seus direitos e deveres, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada à Rua Carlos Chagas, nº 114, GLP QD J LT 19, bairro Da Luz, Nova Iguaçu/RJ - CEP 26.260-150, em 25 de Abril de 2025, às 13:30 horas em 1ª convocação, ou, às 14:00 horas, em 2ª convocação, independentemente do número de interessados presentes, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: 1. Eleição e Posse para Ocupação de Cargos Vacantes no Conselho Fiscal; 2. Alteração e Aprovação do Estatuto Social; 3. Aprovação do Regulamento do Vidro Garantido; 4. Aprovação para Contratação de Estagiária de Suporte Administrativo e Óperacional, 5. Deliberação sobre a Aquisição de Consórcio Veicular para Otimização do Atendimento aos Associados; 6. Discussão e Deliberação sobre a Adequação da Associação à Nova Legislação Vigente, incluindo Impactos, Viabilidade de Continuidade e Alternativas Possíveis, 7. Discussão e Deliberação sobre Eventual Dissolução da Associação e a Destinação do seu Patrimônio; 8. Aprovação das Normas Internas e Diretrizes de Governança; Nova Iguaçu/RJ, 15 de abril de 2025. **João Rodrigues Carneiro Neto**, Presidente

Chuvas fortes podem castigar São Paulo nesta quarta-feira

A Defesa Civil de São Paulo alertou que a partir de amanhã volta o período de instabilidade, com pancadas de chuva em várias regiões do

A temperatura deverá manter-se estável nesta terça-feira, sem grandes ocorrências, mas com possibilidade de pancadas de chuva concentradas, principalmente hoie.

De acordo com a Defesa Civil, apesar de até o momento não haver previsão de acumulados expressivos, a possibilidade de chuva forte localizada pode causar transtornos, como alagamentos, quedas de árvores e deslizamentos em áreas mais vulneráveis.

A partir de amanhã uma nova frente fria vai favorecer a formação de áreas de instabilidade sobre o território paulista. Com isso, aumentam as condições para pancadas de chuva em diversas regiões, incluindo a capital e região metropolitana.

BELA VISTA

Acidente entre dois ônibus na Avenida Paulista deixa 7 feridos

RENATA OKUMURA/AE

Uma colisão entre dois ônibus na Avenida Paulista, no sentido da Consolação, deixou ao menos sete pessoas feridas na manhã desta segunda-feira, de acordo com informações do Corpo de Bombeiros.

A ocorrência foi registrada por volta das 6 horas da manhã na altura do número 100, na região da Bela Vista, no centro da capita paulista.

De acordo com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), o acidente registrado

após a Praça Osvaldo Cruz ainda ocupava duas faixas da direita da via por volta das 8h.

Entre as vítimas está uma mulher que fraturou o braço e uma segunda que teve ferimento no ombro. Ambas foram encaminhadas para atendimento em hospital.

Cinco viaturas, segundo a corporação, foram encaminhadas para atendimento no local. Ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) também prestam auxílio. O policiamento também foi acionado.

CALÚNIA ELEITORAL

Promotor denuncia Pablo Marçal por atribuir a Tabata 'abandono do pai'

FAUSTO MACEDO E RAYSSA MOTTA/AE

O promotor de Justiça Cleber Masson denunciou ontem, o empresário Pablo Marçal por imputar à deputada Tabata Amaral (PSB-SP), durante a campanha à Prefeitura de São Paulo, no ano passado, o "abandono do pai em seu leito de morte" Durante a campanha, ele se desculpou pela declaração.

O ataque de Pablo ocorreu no dia 4 de julho. O objetivo do então pré-candidato à Prefeitura, diz o promotor, era "'solapar a reputação da adversária perante o eleitorado paulistano, angariando, em seu favor, votos que poderiam ser a ela destinados".

"Eu também tive um pai que foi alcoólatra, mas a família ajudou ele e ele deixou o alcoolismo. O pai dela, ela foi para Harvard e o pai dela acabou morrendo. Igual imagino o que ela pode fazer com o povo de São Paulo", declarou Marçal ao podcast Isto É, na ocasião.

O promotor destaca que a gravação "teve ampla repercussão e atualmente conta com mais de 850 mil visualizações, sem prejuízo das incontáveis divulgações na imprensa e nas re-

Cleber Masson pede a fixação de valor mínimo para reparação dos danos causados à vítima pela infração.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJMF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) A 3ª (TERCEIRA) SÉRIES DA 116ª (CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("<u>CNPJ/MF</u>") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("<u>Titulares dos CRI</u>", "<u>CRI</u>", "<u>Emissão</u>" e "<u>Securitizadora</u>" ou "<u>Emissora</u>", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembr de 2021 <u>("Resolução CVM 60</u>"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("<u>Assembleia</u> Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 05 de maio de 2025, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo cesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto nesti digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Ratificar a carta de anuência concedida pela Securitizadora, na qualidade de credora fiduciária do 1º Translado de Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças, que fazem: de um lado como Fiduciante: Praia Bela Empreendimento Imobiliários SPE LTDA e de outro lado, como Fiduciária: Canal Companhia de Securitização <u>("Alienação Fiduciária")</u>, a qual autoriza que a Fiduciante proceda à averbação junto ao Cartório de Registro de móveis da 2ª Zona de Aquiraz — Ceará, para fazer constar na matrícula nº 10.970 as alterações parciais do Loteamento Praia Bela, especificamente quanto a área verde da quadra 04, que passou a ser incorporado na quadra 03, conforme aprovado pela Prefeitura Municipal de Aquiraz, por meio do Alvará e Licença de Implantação Sendo certo que a Alienação Fiduciária já constituída e registrada permaneceu inalterada, e sem qualquer alteração ou exclusão das áreas abrangidas pela referida garantia. (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação <u>Instruções Gerais</u>: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de alização da Assembleia Especial para o e-mail <u>af.assembleias@oliveiratrust.com.br</u> com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRI Praia Bela servando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a <u>quando pessoa física</u>: cópia digitalizada de identidade com foto; b. guando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. <u>quando</u> Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado: (b) último estatuto ou contrato social co devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatório os poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. <u>quando representado por procurador</u>: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de nvestidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 12 de abril de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora

CRIME ORGANIZADO

PGJ quer ação para confiscar todo patrimônio de facções

FAUSTO MACEDO E RAYSSA MOTTA/AE

m meio ao desafio do crime organizado que se alastra pelo País e convencida de que não basta apenas prender as lideranças, a Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo elaborou um anteprojeto que pode representar um golpe importante contra facções que multiplicam seu patrimônio móvel e imóvel aqui e no exterior.

O texto, entregue na semana passada ao ministro Ricardo Lewandowski (Justiça), prevê a adoção da ação civil autônoma de perdimento de bens ou extinção de domínio - na prática, o Ministério Público e também a União, Estados e municípios

poderão pleitear à Justiça a perda de patrimônio do crime or-

O anteprojeto foi levado ao Ministério da Justiça na semana passada pelo chefe do Ministério Público paulista, procurador Paulo Sérgio de Oliveira e Costa. Sua meta é sufocar as finanças do crime, uma aspiração antiga dos investigadores.

A proposta do Ministério Público foi coordenada pelo Núcleo de Apoio Especializado em Organizações Criminosas, Lavagem de Dinheiro e Corrupção, ligado ao Centro de Apoio Operacional Criminal da Procuradoria. Ela contém pontos a serem alterados na Lei 12.850/2013, a Lei de Organizações Criminosas, aumentando o poder de fogo do aparato estatal contra as facções.

Oliveira e Costa esclarece que o objetivo é incluir na legislação mecanismo de extinção dos direitos de posse e propriedade e de todos os demais direitos, reais ou pessoais, sobre bens de qualquer natureza ou valores, que sejam produto ou proveito, direto ou indireto, de atividade ilícita ou com a qual estejam relacionados.

Frequentemente, promotores que combatem grupos marginais - inclusive com ousado poder de infiltração em setores da administração pública -, ingressam em juízo com pedidos de confisco de bens, mas esbarram em uma legislação frágil e, não raro, na benevolência de tribunais que, em diversos casos, autorizam a devolução de carros de luxo, fortunas em dinheiro e até lanchas e helicópteros adquiridos via tráfico internacional e outros delitos.

A ação civil autônoma de perdimento de bens ou extinção de domínio é uma ferramenta que mira diretamente o sequestro de ativos do crime. O Ministério Público e entes governamentais poderão recorrer ao Judiciário pela "perda de patrimônio que proceda de atividade ilícita, seja utilizado para a prática de crime, esteja relacionado ou destinado ao delito, sirva para a ocultação de bens obtidos indevidamente e resultem de qualquer negociação a partir de acumulacão delituosa".

AEROPORTO

Guarujá conclui 1ª etapa de obras; modernização via PAC vai até 2026

ELISA CALMON E LUIZ ARAÚJO/AE

O governo federal entregou ontem, a conclusão da primeira fase da reforma do Aeroporto de Guarujá (SP). Com R\$ 20,5 milhões provenientes do Novo PAC, as obras de modernização do aeródromo gerido pela Infraero devem ser concluídas ainda neste ano, com previsão de retomada total das operações para o início de 2026.

A entrega da primeira fase foi marcada por evento com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. Foram finalizadas a reforma e adequação da pista de pousos e

decolagens, as pistas A, B e C de taxiamento e o sistema de drenagem do aeroporto. As obras da cerca operacional também foram concluídas.

O Aeroporto de Guarujá foi projetado para atender aeronaves do tipo 2C (ATR 72), usado em voos regionais. O terminal de passageiros terá 495,28 metros quadrados de área construída, sendo 286,41m? de área útil.

Após o final das obras, o aeroporto deve passar por processo de homologação junto aos órgãos competentes e deverá passar a operar regularmente no início de 2026.

Para o presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA), deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), a nova estrutura servirá para fins múltiplos, incluindo a atração ao turismo e uma melhoria da integração com o Porto de Santos.

"Trata-se de um investimento estratégico que vai além do transporte aéreo, pois integra um importante polo logístico com o maior porto da América Latina, ampliando as possibilidades de movimentação de cargas e conectividade regional", afirmou.

GUARULHOS

Também nesta segunda, Costa Filho e o secretário nacional

de Aviação Civil, Tomé Franca, realizaram visita técnica e participaram da apresentação do cronograma com novos investimentos no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP). São 21 projetos que fazem parte do acordo para ampliação do contrato de concessão da unidade aeroportuária. A previsão é de conclusão em 2029.

'Os investimentos da ordem de R\$ 1,4 bilhão são fundamentais para o fortalecimento do aeroporto e para a melhoria da infraestrutura, a fim de receber bem, sobretudo, os turistas internacionais que vêm visitar o Brasil por meio de Guarulhos", disse o ministro Costa Filho.

Santa Feira do Peixe começa nesta terça-feira em São Paulo

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Começa hoje a16ª edição da Santa Feira do Peixe, realizada anualmente pela Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo), na Vila Leopoldina. O evento, que vai até quinta-feira, das 12h às 20h, reúne as empresas do setor pesqueiro que atuam na Ceagesp, com promoções especiais para a Semana Santa.

Os destaques deste ano serão a tainha e o cação. Os consumidores encontrarão também pescados como salmão, corvina, espada, gordinho, porquinho e anchova, além de ca-

'Teremos tainha inteira congelada comercializada a R\$ 11,99 o quilo. Quem comprar a caixa com 20 quilos vai pagar ainda mais barato, R\$ 10,99 o quilo. Já o cação em posta será comercializado a R\$ 34,90 o quilo", adiantou o gerente do Entreposto de Pescados de São Paulo (EPSP), Douglas do Amaral.

Os valores promocionais serão válidos enquanto durarem os estoques. Os consumidores devem entrar pelo Portão 15 (acesso para veículos e pedestres) e pelo Portão 14 (exclusivamente para pedestres). Haverá também praça de alimentação com pratos como paella e opções de peixes assados para consumo no local.

A entrada e o estacionamento serão gratuitos para o público da

O objetivo da feira é tornar os pescados acessíveis ao grande

"Durante o ano, a comerciali-

zação desses produtos no setor de pescados da Ceagesp ocorre no atacado, sendo possível comprar apenas em grandes quantidades. Mas, durante a Semana Santa, realizamos a Santa Feira do Peixe justamente para que o consumidor final também compre com a gente, no varejo", disse Amaral.

A expectativa para este ano é superar os números da edição do ano passado, quando a feira recebeu cerca de 8,5 mil visitantes e comercializou mais de 30 toneladas de pescado.

Oposição acusa Nunes de interferir na instalação de CPIs na Câmara

ZECA FERREIRA/AE

Vereadores de oposição ao prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), acusam a gestão de interferir nos trabalhos da Câmara Municipal. Segundo eles, o prefeito tem pressionado parlamentares da base aliada para impedir a instalação de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) já aprovadas em plenário.

No início deste mês, a Câmara aprovou a criação das duas primeiras CPIs desta legislatura.

Uma delas com a missão de investigar as enchentes recorrentes no Jardim Pantanal, na zona leste da cidade. Já a outra

com o objetivo de apurar fraudes no programa de Habitação de Interesse Social (HIS).

Essas comissões, no entanto, ainda não foram instaladas porque os partidos da base aliada não indicaram seus represen-

Pelo regimento da Câmara, uma CPI que não for instalada e não iniciar seus trabalhos em até 15 dias após a aprovação é automaticamente extinta.

"O governo Ricardo Nunes está articulando para que os partidos da base não indiquem seus representantes nessas CPIs", disse o líder do PSOL na Casa, Toninho Vespoli, durante

um evento da oposição sobre os 100 primeiro dias da gestão Nunes, na manhã de ontem, no Salão Nobre da Câmara.

Vespoli esclareceu que o presidente da Câmara, Ricardo Teixeira (União Brasil), que integra a base de apoio a Nunes, tem prerrogativa para indicar, por ofício, os representantes das bancadas nas CPIs.

"Mas eles querem que essas comissões caiam e sejam substituídas por outras duas CPIs, com temas de menor envergadura", disse.

Já a líder do PT, Luna Zarattini, anunciou que a oposição entrou com duas ações na Justiça

para garantir a instalação das CPIs já aprovadas em plenário. "Estamos enfrentando uma dificuldade real: os partidos não estão indicando seus membros para as CPIs, e sabemos que isso faz parte de uma articulação para tentar sufocar a atuação da oposição aqui na Câmara", disse durante o evento.

Nas ações encaminhadas à Justiça, os vereadores do PT e do PSOL solicitam que Ricardo Teixeira promova imediatamente a instalação das CPIs, ainda que não haja indicações formais, designando os membros com base na proporcionalidade das ban-

Deputados da base de Lula são 56% das assinaturas do PL

GUILHERME CAETANO/AE

Partido Liberal (PL) protocolou na Câmara dos Deputados um requerimento de urgência para o projeto de anistia do 8 de Janeiro com a assinatura de 146 deputados federais de partidos que compõem a base do governo Lula.

O número representa mais da metade (56%) das 262 assinaturas coletadas pela liderança do PL, ocupada pelo deputado Sóstenes Cavalcante (RJ). O União Brasil é responsável por 40 delas, seguido por Progressistas (35), Republicanos (28), PSD (23) e MDB (20).

Todos esses partidos têm quadros chefiando ministérios no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A relação de apoio ambíguo tanto ao Executivo quanto ao projeto da oposição foi a razão de Sóstenes ter mudado de ideia e protocolado o requerimento de urgência ontem

do PL da Anistia, com 264 assinaturas, devido às notícias recebidas que o governo está pressionando os deputados a retirar assinaturas, mudei a estratégia e agora está protocolado o documento e público todos que assinaram. O governo não vai nos pegar de surpresa mais", informou por meio de nota o líder do PL Depois, ele informou que duas das assinaturas haviam sido invalidadas pela Câmara, totalizando assim 262, ainda assim mais que o mínimo necessário para garantir sua eventual aprovação, 257 votos.

A ideia anterior de Sóstenes era esperar até a semana que vem para tentar coletar ainda mais assinaturas, aproveitando que o feriado da Sexta-feira Santa e da Páscoa esvaziaram Brasília. Mais cedo, ele havia dito ao Estadão que pretendia passar os próximos dias ouvindo lideranças para "analisar os perfis dos deputados e de suas votações".

A anistia a todos os envolvi-"Amigos, acabo de dar entrados nos ataques do 8 de Janeiro, da ao requerimento de urgência quando apoiadores de Bolsona-



ro invadiram e depredaram prédios dos Três Poderes em Brasília pedindo golpe de Estado, é prioridade do ex-presidente e seu entorno. O Placar da Anistia do Estadão registra 204 deputados a favor da proposta.

Bolsonaro afirmou, num almoço fechado com advogados na semana passada, que nem a modulação nem a redução das penas dos presos no episódio interessam a ele, mas sim uma "anistia ampla, geral e irrestrita".

Ele disse ter havido um "ponto de inflexão" na articulação pela anistia com o voto do ministro Luiz Fux no julgamento que o tornou réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado. Na sessão, Fux falou da possibilidade de as penas serem reduzidas.

A articulação avança enquanto o próprio ex-presidente está internado na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do hospital DF Star, em Brasília. Ele teve de se submeter a uma cirurgia para obstrução do intestino após sentir fortes dores na região abdominal durante uma viagem ao Rio Grande do Norte. Ele se encontra bem, mas sua recuperação deverá ser demorada, e não há previsão de alta para esta semana.

Parlamentares que foram ao hospital nesta manhã disseram ao Estadão que o estado de saúde de Bolsonaro não afetava em nada os planos da anistia. Os aliados dizem acreditar que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pautaria o requerimento tão logo ele fosse apresentado com as assinaturas necessárias - 257, a maioria simples dos 513 deputa-

dos federais.

PF sugere que armas de Torres sejam destruídas ou doadas

RAISA TOLEDO/AE

A Polícia Federal enviou ofício ao Supremo Tribunal Federal (STF) em que informa que cassou o registro de duas armas apreendidas do ex-ministro da Justiça Anderson Torres. A corporação sugere que elas sejam destruídas ou doadas para as forças de segurança pública.

Uma pistola 9 mm e um revólver calibre .357 foram apreendidos em 10 janeiro de 2023, pouco antes dele ser preso por suposto envolvimento nos atos antidemocráticos do 8 de Janeiro. A decisão sobre o destino das armas é do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso na Corte.

"Considerando que as armas de fogo de nº FYD847 e F050680 constam no Sinarm (Sistema Nacional de Armas) como apreendidas, sugiro que as referidas armas sejam encaminhadas para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas", diz o ofício. As informa-

Torres teve liberdade provisória concedida em maio do ano passado, mas continua a ser investigado e responde criminalmente por tentativa de golpe de Estado.

Ele é um dos oito integrantes do Núcleo 1 da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), junto com o expresidente Jair Bolsonaro (PL) e o general Walter Braga Netto. A Primeira Turma do STF decidiu por unanimidade aceitar a denúncia e instaurar a ação penal do caso

A cassação do registro das armas pela PF levou em conta que Torres não atende mais o requisito de idoneidade para ter uma arma de fogo registrada em seu nome.

De acordo com o decreto nº 11.615/2023, demonstram perda de idoneidade a existência de mandado de prisão cautelar ou definitiva, o indiciamento em inquérito policial pela prática de crime e o recebimento de denúncia ou de queixa pelo juiz.

GESTÃO TARCÍSIO

Justiça determina que SP tenha mecanismo contra tortura em prisões

LETYCIA BOND/ABRASIL

A Justiça Federal condenou o governo de São Paulo por não ter constituído o Comitê e Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT/ SP) e determinou um prazo de seis meses para que apresente um plano detalhado da sua implementação.

Na decisão, a 8ª Vara Cível Federal de São Paulo ordena que o governo paulista informe, no plano solicitado, a estrutura pensada e os recursos orçamentários que cobrirão as despesas da ativação do órgão. O prazo começa a correr com o trânsito em julgado.

A 8ª Vara também pede que o governo indique o quantitativo de cargos de que precisará para manter o comitê funcionando, o que inclui o efetivo que ficará responsável pelas visitas periódicas a todos os locais de privação de liberdade no estado. As visitas deverão ocorrer pelo menos uma vez por ano.

O plano deve passar antes pelos órgãos do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e instituições da sociedade civil.

A decisão também fixa o prazo de dez dias para que o governo estadual apresente um cronograma com as etapas de cumprimento do que ficou definido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3).

A União também foi condenada e instada a cooperar e acompanhar o governo paulista na implantação do comitê. Da esfera federal, o que o tribunal cobrou foram reuniões mensais e a documentação, em relatório, do andamento dos trabalhos.

Em nota, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo afirmou que o Órgão Especial do TRF3 entendeu que não há obrigatoriedade de manter esse tipo de comitê e que "sua implantação não pode ser determinada através de decisão judicial".

"Em razão da suspensão de liminar anteriormente deferida, a sentença também não produz efeitos até o trânsito em julgado do processo", acrescentou.

Procurada pela Agência Brasil, a Advocacia-Geral da União (AGU) confirmou, também em nota, que foi intimada e vai "analisar a estratégia processual que irá adotar".

POPULAÇÃO CARCERÁRIA

De acordo com balanço divulgado no início de fevereiro deste ano, a população carcerária no Brasil é de mais de 850 mil pessoas, número que corresponde à terceira maior do mundo. Desde o ano 2000, esse número quase quadruplicou e o déficit de vagas passa de 200 mil, atualmente.

A advogada Rosa Cantal lembra que o projeto de lei 464/2018, que cria o mecanismo de prevenção à tortura, foi apresentado pelo deputado estadual Carlos Bezerra Jr. (PSDB), mas foi arquivado durante a gestão do governador João Doria.

"O mecanismo ia ajudar muito, estando in loco em penitenciárias, manicômios judiciais e até nas comunidades terapêuticas, para ver nesses locais se existe tortura. Isso sabendo que o atual conceito de tortura não abrange só a violência física", diz Rosa Cantal.

Ela lembra que o conceito de tortura é expandido dentro das penitenciárias. "A tortura, além da violência psicológica, se dá numa penitenciária, por exemplo, com comida estragada, privação de banho de sol, saúde ruim, com a questão da insalu-

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que compartilhou o levantamento, salientou, ainda, que cerca de um terço das unidades prisionais foi avaliado com condições ruins ou péssimas, entre 2023 e 2024. A pasta destacou que, desde 2015, a soma de denúncias de tortura e maus-tratos é de mais de 120 mil.

PEC DA SEGURANÇA

Lewandowski critica governadores que julgam estados soberanos

RAISA TOLEDO/AE

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, disse no último domingo passado, que "muitos governadores ainda pensam que os Estados membros da federação são soberanos". A fala ocorreu em um evento com advogados de esquerda e magistrados em São Paulo, promovido pelo grupo Prerrogativas, em que o ministro falou sobre a importância da PEC da Segurança Pública.

Segundo Lewandowski, que não mencionou nenhum governador em específico, os chefes do Executivo de alguns Estados estariam interpretando a situação sob um olhar da primeira Constituição republicana do País, de 1891.

Nela os estados eram soberanos, com ampla autonomia jurídica, assim como na Constituição americana. "As constituições locais se intitulavam sobe-

ranas, ao invés de autônomas, tinham legações diplomáticas, (os Estados) contraíam dívidas externas. Então muitos governadores ainda pensam, talvez sob esse olhar, que realmente os Estados membros da federação são Estados soberanos, quando na verdade não são. Eles são autônomos, dentro daquela autonomia que é prevista na Constituição Federal (de 1988)", disse Lewandowski no encontro com advogados.

No pacto federativo previsto pela Constituição Federal de 988, os entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e municípios) têm competências exclusivas e atribuições comuns. O ministro ressaltou que o federalismo é cooperativo e que, na área da segurança, as forças têm que se integrar. A integração entre os entes da federação na área é exatamente um dos principais pontos da PEC da Segurança Pública.

TOPÁZIO PARTICIPAÇÕES S.A.

RELATÓRIO DA ADMINSTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinados através das próprias demonstrações contábeis. Rio de Janeiro, 07 de março de 2025. Topázio Participações S.A.

Balanços Patrimoniais - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares reais) Passivo Circulante 2024 2023 Circulante Caixa e equivalentes de caixa Obrigações fiscais Tributos a recuperar Patrimônio Líquido 1.177 1.177 Capital social Reservas de lucros 167 (503 674 Transações com partes relacionadas 80 Investimentos <u>227</u> 307 80 Total do Ativo 675 865 Total do Passivo 675 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais) Reservas de Lucros Lucros (Prejuízos) Saldos em 01 de Janeiro de 2023 (480) Prejuízo do exercício Redução de capital - AGE 20/07/2023 (1.607)(1.607)(1.103)Distribuição lucros - AGE 20/07/2023 Saldos em 31 de Dezembro de 2023 1.177 Absorção de prejuízos acumulados Preiuízo do exercício Saldos em 31 de Dezembro de 2024 1.177

Notas Explicativas - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais) 1. Contexto Operacional: A Topázio Participações S.A. ("Companhia"), sociedade de capital fechado com sede no Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; a participação em empreendimentos imobiliários e a participação, como cotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis; a) Declaração de conformidade - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC – PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). b) Moeda funcional - As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). c) Uso de estimativas e julgamentos - A elaboração de demonstrações contábeis requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sújeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. 3. Principais Práticas Contábeis: a) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência. b) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa uem dinheiro, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado. c) Tributos a recuperar - São demonstrados pelos valores originais, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. d) Investimentos - Os investimentos em controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e os investimentos sem influência estão avaliados pelo método de custo. e) Imposto de renda e contribuição social - Os impostos e contribuições são calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro presumido. f) Ativos e passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, guando aplicável, dos correspondentes juros ou encargos incorridos. 4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Representados basicamente por saldo de aplicações financeiras de curto prazo, constituídas por cotas de fundos de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa. 5. Transações com Partes Relacionadas: O saldo está representado por aportes para futuro aumento de capital. 6. Investimentos: O investimento está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. **7. Patrimônio Líquido: a) Capital social -** O capital social está representado por 1.000 ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Dividendos** - Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigór. A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2024, portanto, não houve proposta para distribuição de dividendos.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação) Resultado operacional Resultado de equivalencia patrimonial Outras receitas operacionais (10)Despesas administrativas Despesas tributárias (234) (726 Resultado financeiro Receitas financeiras Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social Prejuízo do exercício Resultado abrangente do exercício Quantidade de ações do capital integralizado Prejuízo por ação do capital social (R\$) (190,30) (480,33 Demonstrações dos Fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais) Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais Prejuízo do exercício Ajustes ao prejuízo do exercício:

Resultado de equivalencia patrimonial 227 Variação monetária Prejuízo do exercício ajustado 71 (37 Tributos a recuperar Variação no passivo Recursos provenientes das atividades operacionais <u> 186</u> Fluxo de Caixa de Atividades de Investimento Recursos Utilizados nas Atividades de Investimento Fluxo de Caixa de Atividades de Financiamento Redução de capital (1.607)Dividendos pagos Recursos Utilizados nas Atividades de Financiamento Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa

8. Instrumentos Financeiros: A Companhia não efetua transações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros que tenham caráter

> Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim - Diretora Norberto Aquiar Tomaz - Diretor Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque

Campus da UFF em Campos dos Goytacazes é concluído após 13 anos

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASII

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou ontem da inauguração do novo campus da Universidade Federal Fluminense (UFF) na cidade Campos dos Goytacazes, no norte do estado do Rio de Janeiro, a cerca de 280 quilômetros (km) da capital.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), as obras começaram ainda em 2009, pelo Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ainda no segundo mandato de Lula. Contudo, a construção foi paralisada em 2012, por falta de recursos. Desde então, passaram-se quase 13 anos.

"Não existe nenhum exemplo de sociedade que conseguiu avançar e melhorar de vida que não investiu em educação", destacou o presidente, durante evento de inauguração ocorrido no novo campus. Para Lula, custa mais caro deixar de investir em áreas essenciais como a educação

"Tem um pessoal na área financeira desse país, que qualquer coisa que a gente fala, na saúde, na educação, na segurança, dizem que vai gastar demais. A pergunta que eu faço é: quanto custa não fazer as coisas no tempo correto nesse país?".

ESTRUTURA

Desde 2016, a unidade funcionava em contêineres alugados, em dois prédios complementares também alugados e em uma unidade própria da universidade. Em 2020, as obras foram finalmente retomadas, após uma articulação que viabilizou emendas parlamentares, no valor R\$ 41 milhões. Somado aos recursos oriundos do Reuni, o investimento total na obra foi de R\$ 72,4 milhões.

"É a primeira vez que um presidente da República visita a Universidade Federal Fluminense, que faz 65 anos. Essa presença não é apenas simbólica, ela é concreta, porque se transfigura em espaços de aprendizado", pontuou o professor Claudio Lucas da Nóbrega, reitor da UFF.

A estudante de Ciências Sociais na instituição Aline Esteves classificou o nosso novo campus como uma grande conquista. "Foi com muita luta que estamos ocupando esse espaço aqui hoje. Antes, estudávamos em contêineres, e agora temos toda essa estrutura", co-

NOVAS INSTALAÇÕES

Localizado no subdistrito de Guarus, o maior aglomerado urbano do município de Campos dos Goytacazes, o novo campus da UFF conta com mais de 40 salas sala de aula, 13 laboratórios, biblioteca, auditório, espaços administrativos, gabinetes de pesquisa e ensino, além de áreas de convivência. A nova unidade abrigará os cursos de graduação em Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Geografia, História, Psicologia e Serviço Social, além das licenciaturas nas áreas de Ciências Sociais, Geografia e História.

"O presidente autorizou e nós vamos autorizar o restaurante universitário (RU) nesse campus", anunciou o ministro da Educação, Camilo Santana. O RU também faz parte da reivindicação dos estudantes do campus, além da quadra poliesportiva com palco cultural multiuso, cujas obras foram autorizadas pelo MEC.

OUTROS ANÚNCIOS

Camilo Santana também anunciou a autorização para 23 obras em escolas de Educação Básica de 14 municípios do estado do Rio de Janeiro. Elas fazem parte do conjunto de 5 mil obras na área de educação, que estavam paralisadas e foram retomadas pelo governo federal nos últimos anos. No evento, o ministro da Educação ainda assinou a ordem de serviço para construção do novo campus do Instituto Federal Fluminense (IFF), em Magé, no valor de R\$ 14,1 milhões. Outros R\$ 10 milhões estão previstos para aquisição de equipamentos e mobiliário da nova unidade.

Lula segue no estado do Rio de Janeiro. Nesta terça-feira, visita obras da Rodovia Presidente Dutra, na região da Serra das Araras, próximo da divisa entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Considerada a ligação rodoviária mais importante do país, pois conecta as duas maiores regiões metropolitanas brasileiras, as obras incluem a construção de novos viadutos, acostamentos e oito faixas, quatro para cada sentido. Por ali, passam cerca de 390 mil veículos por mês, mais de um terço desse fluxo é de veículos de carga.

ADMINISTRAÇÃO

RJ passará a adotar IA em processos eletrônicos

A Inteligência Artificial (IA) passará a ser adotada pelo Governo do Estado como ferramenta para aprimorar a administração pública. A Controladoria Geral do Estado (CGE-RJ) será o primeiro órgão fluminense a usar a IA nos SEIs (Processos Administrativos Eletrônicos), a partir deste mês, trazendo mais eficiência para a gestão. A iniciativa busca garantir maior agilidade na tramitação de processos e aumento da capacidade analítica das equipes.

"Essa iniciativa reforça o compromisso do nosso governo com a inovação, além de contribuir para a agilidade dos processos e com o aumento da produtividade dos servidores. Assim, garantimos mais resultados para o Estado do Rio de Janeiro e, consequentemente, para a sociedade fluminense", afirma o governador Cláudio Castro.

A Controladoria implementará a Solução ANIA como ferramenta de inteligência artificial. A integração do módulo ANIA.SEI entrará em uso efetivo 🛊 pelo órgão, nos próximos dias, após a conclusão dos testes de integração com o sistema SEI. O processo está sendo conduzido de forma gradual, em parceria com a Secretaria de Transformação Digital, por meio do Proderj, assegurando uma transição segura e bem estruturada.

O Controlador-geral do Estado, Demétrio Farah, destaca que a expectativa é de mais celeridade nas análises, resultando em mais capacidade crítica dos servidores.

"O uso da Inteligência Artificial irá aperfeiçoar as análises dos processos, no âmbito da CGE-RJ, e contribuirá para a tomada de decisões com mais celeridade e assertividade", enfatiza Farah

Para ajudar a concretizar a iniciativa, a CGE-RJ conta ainda com a colaboração de uma das principais referências nacionais na aplicação prática da inteligência artificial no setor público, Wesley Vaz. Secretário de Controle Externo Governança, Inovação e Transformação Digital do TCU, Wesley Vaz está à frente de unidades que fomentam a transformação digital no con-

Adolescente mata os pais em plano para assassinar Trump

m adolescente dos Estados Unidos acusado pela morte dos pais teria cometido os crimes para "obter meios financeiros" para assassinar o presidente Donald Trump e derrubar o governo, segundo um mandado federal recentemente divulgado.

Nikita Casap, de 17 anos, foi acusado no mês passado pelas autoridades do condado de Waukesha por homicídio doloso em primeiro grau, roubo e outros crimes relacionados à morte de sua mãe, Tatiana Casap, e de seu padrasto, Donald Mayer. As autoridades afirmam que o adolescente atirou neles em casa, nos arredores de Milwaukee, em fevereiro, e conviveu com os corpos em decomposição por semanas antes de fugir com US\$ 14 mil em dinheiro, passaportes e o cachorro da família. Ele foi preso no mês passado no Estado do Kansas.

Casap está sob custódia na cadeia do condado de Waukesha, com fiança estipulada em US\$ 1 milhão, e deve comparecer ao tribunal no próximo mês para apresentar sua defesa. Promotores do condado deram uma prévia das acusações federais, que estão descritas em um mandado do FBI que veio a público na sexta-feira passada.

As autoridades federais acusam Casap de ter planejado o assassinato dos pais, comprado um drone e explosivos, e compartilhado seus planos com outras pessoas, incluindo um falante de russo. Suas intenções estão detalhadas em um manifesto antissemita de três páginas no qual elogia Adolf Hitler. O mandado, registrado no tribunal federal de Milwaukee, também contém trechos de comunicações feitas pelo TikTok e pelo aplicativo Telegram.

"Casap parece ter escrito um manifesto pedindo o assassinato do presidente dos Estados Unidos. Ele estava em contato com outras pessoas sobre seu plano de matar o presidente e derrubar o governo dos EUA", afirma o mandado de busca. "O assassinato dos pais parece ter sido uma tentativa de obter autonomia e os meios financeiros necessários para executar seu plano."

FUGA PARA A UCRÂNIA

No tribunal, os promotores alegaram que Casap estava em contato com uma pessoa que fala russo e compartilhou com ela um plano de fuga para a Ucrânia. As autoridades o encontraram no Kansas com dinheiro, passaportes, um carro e o cachorro da família.

Promotores federais alegaram que o manifesto de Casap detalhava suas motivações para querer matar Trump e incluía ideias sobre como viveria na Ucrânia. Citando os escritos de Casap, o mandado federal afirma que o adolescente queria provocar o colapso do governo "eliminando o presidente e, talvez, o vice-presidente".

A Associated Press tentou entrar em contato com a defensora pública de Casap, Nicole Ostrowski, tanto por telefone quanto por mensagens online, pedindo que ela comentasse o caso. No tribunal, no mês passado, ela entrou com um pedido para rejeitar algumas das acusações contra seu cliente, incluindo a de roubo, argumentando que os promotores não apresentaram provas suficientes. Ela também destacou a idade de Casap durante a audiência. "Ele é jovem, ainda está no ensino médio", disse ela em 12 de março.

As autoridades do condado também acusaram Casap de ocultação de cadáver, roubo e uso indevido de identificação para obtenção de dinheiro. Os corpos de Tatiana Casap, 35 anos, e Mayer, 51 anos, foram encontrados no dia 28 de fevereiro. Familiares pediram uma verificação de bem-estar após Mayer não comparecer ao trabalho e Nikita Casap faltar às aulas por cerca de duas semanas.

As autoridades acreditam que os pais foram mortos semanas antes. Promotores disseram em tribunal que os corpos do casal estavam tão decompostos que precisaram ser identificados por registros dentários.

ACIDENTES

NY: empresa dona do helicóptero que caiu no Hudson encerrará operações

A empresa responsável pelo helicóptero turístico que partiu no ar e caiu de cabeça para baixo no rio Hudson, na cidade de Nova York, na última quinta-feira, está "encerrando suas operações imediatamente", informou a Administração Federal de Aviação dos Estados Unidos (FAA, na sigla em inglês) em comunicado publicado no X noite de domingo passado.

"Além disso, a FAA iniciará uma revisão imediata da licença

e do histórico de segurança da operadora de turismo", completou a agência governamental.

O acidente, que é um dos mais recentes desastres aéreos do país, matou o piloto e uma família de cinco turistas espanhóis. No dia seguinte à tragédia em Nova York, outras três pessoas também morreram após a queda de um avião de pequeno porte próximo ao Aeroporto de Boca Raton, na Flórida.

No comunicado, a FAA tam-

bém diz estar "analisando pontos críticos de acidentes envolvendo aviões/helicópteros em todo o país". A agência vai realizar um painel sobre segurança de helicópteros no próximo dia 22 de abril "para discutir as descobertas, os riscos e as opções adicionais de mitigação".

Tragédias aéreas têm se tornado frequentes nos EUA. Em março, um avião com cinco pessoas a bordo caiu em um estacionamento de lar para idosos na Pensilvânia: todos que estavam no avião sobreviveram à queda e ninguém foi atingido em solo.

Em janeiro, outros dois incidentes: um avião da American Airlines colidiu no ar com um helicóptero militar matando 67 pessoas. No dia seguinte, um avião de transporte médico com seis pessoas a bordo caju em uma área urbana da Filadélfia. Além das pessoas que estavam na aeronave, em solo, uma pessoa morreu e outras 19 ficaram feridas.

Trump promete proposta para Ucrânia e diz que agirá com firmeza contra Irã

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a responsabilizar ontem, o ex-líder norte-americano, Joe Biden, e o atual mandatário ucraniano, Volodymyr Zelensky, pelo conflito na Ucrânia. "Se Biden e Zelensky fossem competentes, a guerra não teria começado", disse "Agora temos um país Ucrânia que perdeu 25% de seu território. E eram partes importantes."

A culpa, segundo ele, "é de todos, de Biden e Zelensky, que não conseguiram parar a guerra, e do presidente da Rússia, Vladimir Putin, que nunca devia ter começado o conflito".

Ele prometeu novas propostas "muito em breve" para acabar com a guerra.

IRÃ

Em coletiva de imprensa ao lado do presidente de El Salvador, Nayib Bukele, Trump confirmou uma nova rodada de negociações com o Irã no próximo sábado. "O Irã quer negociar com a gente, mas ainda não sabe como", afirmou.

Ele disse ainda que o país "não pode ter armamento nuclear, é muito simples" e prometeu agir com firmeza caso veja necessidade: "Se tivermos que fazer algo mais duro contra o Irã, faremos.'

O presidente norte-americano também elogiou Bukele, dizendo ter "ótima relação" com ele. "Tem todo meu apoio."

CONFRONTO

A relação com a imprensa, em especial com a CNN, seguiu tensa.

Trump recusou sucessivas perguntas do canal, acusando-o de "fake news" e de "não gostar do país". "Por isso mais ninguém as-

siste vocês. Próxima pergunta", disparou, ao ser questionado sobre política externa e deportações. Ele manteve o padrão durante toda a coletiva, interrompendo repórteres da emissora e se recusando a responder temas sensíveis.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA INGLESA CNPJ nº 33.618.356/0001-42 CONVOCAÇÃO Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Conforme o disposto no artigo 22 do Estatuto, ficam convocados todos os associados remidos e efetivos, quites com suas anuidades, para participar das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que se realizarão, no mesmo ato, em 1ª convocação, no dia **30 de abril** próximo, quarta-feira, às 10:00 horas. Não havendo "quorum" na 1ª convocação, a 2ª chamada se realizará com qualquer número, às 10:30 horas, no mesmo dia, para deliberação da seguinte **Ordem do Dia** das Assembleias Ordinária e Extraordinária: 1. Conforme arts. 19 e 20 do Estatuto, serão deliberadas as demonstrações financeiras, e o relatório anual, apresentados pelo Sr. Diretor Presidente, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024, devidamente auditados pelos Auditores Independentes, e que se encontrarão à disposição dos associados que os solicitarem pelo e-mail: lc.malta@sbcirj.org.br. 2. Informação da atualização do Quadro de Associados. 3. Deliberação sobre alteração Estatutária, que, para fins de esclarecimento prévio, se restringe à: (i) inclusão na redação do art. 1º, a saber. A **Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa**, doravante designada simplesmente SBCI, é uma associação sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com título concedido pelo Ministério da Justiça em *27 de janeir*o de 2011, fundada em 20 de julho de 1934, com prazo de duração indeterminado, que se rege por este Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável. (ii) inclusão na redação do art. 3º, inciso ii, a saber. A promoção da assistência social, mediante o patrocínic do aprendizado de línguas entre pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoal, sob a forma de bolsa de estudo mediante disponibilização da estrutura física necessária, bem como de professores e material didático, para alunos de turmas is e online; (iii) alteração da redação do **art. 7º, inciso III**, a saber: Beneméritos **- a**s pe

do inciso V para IV do mesmo art; (v) alteração e inclusão na redação do **art.9º, Parágrafo 1º, inciso IV**, a saber: Deixar de (viii) exclusão e correção da redação do **art. 11, inciso I**, a saber: A efetuar re<u>gularmente</u> o pagamento <u>da a</u>nuidade, até o dia 15 de

marços de cada ano, com exceção dos associados remidos, beneméritos, honorários e fundadores; (viii) correção ortográfica da redação do art. 14, parágrafo único, a saber: Na hipótese de a SBCI perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, (o restante permanece sem alteração); (ix) correção ortográfica da redação do art.19, inciso IX, a saber: Aprovar, anualmente, as alçadas de investimentos que podem ser autorizadas pelo Conselho Administrativo e pela Diretoria Executiva. (x) inclusão de fração por extenso na redação do art. 19, parágrafo único, a saber: Todas as deliberações da Assembleia Geral deverão ser aprovadas pela maioria simples dos votos dos associados presentes, exceto as definidas nos incisos III, IV e V que deverão ser aprovadas oor 2/3 <mark>(dois terços)</mark> dos associados presentes. [xɪ] inclusão na redação do a**rt. 22, parágrafo 4º**, a saber: ASBCI disponibilizará na sua sede, para os Associados, os documentos a serem deliberados em Assembleia Geral, inclusive o Estatuto vigente (xiii) correção ortográfica no art. 26, inciso IX, a saber: Escolher e destituir os auditores independentes, se houverem; (xiii) inclusão

de novo parágrafo e alteração numérica dos demais parágrafos na redação d<mark>o art. 29, parágrafo primeiro, a s</mark>aber: Parágrafo Primeiro – Para que possam ser votados para o Conselho Administrativo é pré-requisito obrigatório que os postulantes estejam na data da eleição ou reeleição, com no máximo 78 anos de idade; (xiv) inclusão de parágrafo na redação do a**rt. 30**, a saber Parágrafo Único: Igualmente no caso da Diretoria Executiva será verificada idade limite de ingresso, de acordo com o previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 29 do presente Estatuto; (xv) correção da redação do art. 33, inciso IV, a saber: Por 2 (dois procuradores constituídos na forma do Parágrafo Segundo desse Artigo; (xvi) inclusão de parágrafo na redação do art. 34 o – Também para membros do Conselho Fiscal será verificada idade limite de ingresso, de acordo afo Primeiro do Artigo 29 do presente Estatuto; (xvii) Exclusão do CAPÍTULO IV – Das Disposições

Organização. 6. Deliberação das alçadas de investimentos autorizadas pelo Conselho Administrativo e pela Diretoria Executiva. As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária **ocorrerão de forma virtual**, de acordo com o artigo 4º-A da lei 13.019 de 31 de julho de 2014. Integra e complementa esta CONVOCAÇÃO o documento com as Orientações para Participação Remota

> Cordialmente Mônica de Mesquita Saraiva Barbosa e Silva - Presidente do Conselho Administrativo